

REVISTA

DIÁLOGO EDUCACIONAL

periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional



PUCPRESS

Pedagogia Histórico-Crítica e lutas hegemônicas (1985–2025): revisão sistemática com meta-síntese qualitativa

Historical-Critical Pedagogy and hegemonic struggles (1985–2025): systematic review with qualitative meta-synthesis

Pedagogía Histórico-Crítica y luchas hegemónicas (1985–2025): revisión sistemática con meta-síntesis cualitativa

Priscila Ferreira Wolter ^[a] 

Rio Branco, AC, Brasil

Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Acre

Como citar: FERREIRA, P. Pedagogia Histórico-Crítica e lutas hegemônicas (1985–2025): revisão sistemática com meta-síntese qualitativa. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, PUCPRESS, v. 26, n. 88, p. 389-398, jan./mar. 2026. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.26.088.DS15>

Resumo

A redemocratização brasileira, iniciada em 1985, reabriu disputas educacionais entre projetos emancipatórios e conservadores. Nesse contexto, a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), sistematizada por Dermeval Saviani, emergiu como referencial para lutas hegemônicas contra a educação bancária, promovendo consciência histórica de classe em greves, sindicatos e ocupações. O objetivo deste trabalho é mapear e sintetizar, por meio de revisão sistemática com meta-síntese qualitativa, as contribuições da PHC às lutas educacionais no Brasil entre 1985 e 2025, identificando contextos históricos, ações coletivas e sua função como práxis contra-hegemônica frente à ditadura, ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo. Esta revisão mapeou 127 estudos (1985–2025), seguindo PRISMA 2020 e ENTREQ. Historicamente, a PHC orientou greves docentes nos anos 1980 contra precarização, reorganização sindical e implementação experimental no Paraná (1983–1994). Nos anos 1990, resistiu ao neoliberalismo da LDB/1996. Entre 2003– 2015, ganhou espaço em formações docentes e ocupações secundaristas de 2015. Pós-2016, enfrentou retrocessos com as emendas constitucionais 95/2016, e da

[a] Doutora em Ciência Animal, e-mail: priscilawolter25@gmail.com

“Escola sem Partido”. O governo Bolsonaro (2019–2022) reduziu o orçamento da educação em 13,5%, gerando 58 greves e 214 denúncias de perseguição ideológica. A pandemia agravou as desigualdades, com 5,5 milhões de estudantes sem acesso à internet. A HCP criticou a exclusão inclusiva e permaneceu como uma práxis de resistência. Com Lula (2023–), os debates sobre a reconstrução curricular reposicionam o PHC como referência.

Palavras-chave: Pedagogia Histórico-Crítica. Lutas contra-hegemônicas. Redemocratização brasileira. Revisão sistemática, Meta-síntese qualitativa.

Abstract

The Brazilian redemocratization, initiated in 1985, reopened educational disputes between emancipatory and conservative projects. In this context, the Historical-Critical Pedagogy (HCP), systematized by Dermeval Saviani, emerged as a reference for hegemonic struggles against banking education, promoting historical class consciousness in strikes, unions, and occupations. The objective of this work is to map and synthesize, through a systematic review with qualitative meta-synthesis, the contributions of HCP to educational struggles in Brazil between 1985 and 2025, identifying historical contexts, collective actions, and its function as counter-hegemonic praxis in the face of dictatorship, neoliberalism, and neoconservatism. This review mapped 127 studies (1985–2025), following PRISMA 2020 and ENTREQ, with searches in SciELO, Scopus, Web of Science, and BDTD. Historically, HCP guided teacher strikes in the 1980s against precarization, union reorganization, and experimental implementation in Paraná (1983–1994). In the 1990s, it resisted the neoliberalism of LDB/1996. Between 2003–2015, it gained space in teacher training and secondary school occupations in 2015. Post-2016, it faced setbacks with EC 95/2016, BNCC/2017, and Future-se/2019, in addition to “Escola sem Partido.” The Bolsonaro government (2019–2022) reduced the education budget by 13.5%, generating 58 strikes and 214 reports of ideological persecution. The pandemic aggravated inequalities, with 5.5 million students without internet. HCP criticized inclusive exclusion and remained as a praxis of resistance. With Lula 3 (2023–), debates on curricular reconstruction reposition HCP as a reference.

Keywords: Historical-Critical Pedagogy. Counter-hegemonic struggles. Brazilian redemocratization. Systematic review. Qualitative meta-synthesis.

Resumen

La redemocratización brasileña, iniciada en 1985, reabrió disputas educativas entre proyectos emancipatorios y conservadores. En este contexto, la Pedagogía Histórico-Crítica (PHC), sistematizada por Dermeval Saviani, emergió como referencial para luchas hegemónicas contra la educación bancaria, promoviendo conciencia histórica de clase en huelgas, sindicatos y ocupaciones. El objetivo de este trabajo es mapear y sintetizar, mediante revisión sistemática con meta-síntesis cualitativa, las contribuciones de la PHC a las luchas educativas en Brasil entre 1985 y 2025, identificando contextos históricos, acciones colectivas y su función como praxis contrahegemónica frente a la dictadura, el neoliberalismo y el neoconservadurismo. Esta revisión mapeó 127 estudios (1985–2025), siguiendo PRISMA 2020 y ENTREQ, con búsquedas en SciELO, Scopus, Web of Science y BDTD. Históricamente, la PHC orientó huelgas docentes en los años 1980 contra la precarización, reorganización sindical e implementación experimental en Paraná (1983–1994). En los años 1990, resistió al neoliberalismo de la LDB/1996. Entre 2003–2015, ganó espacio en formaciones docentes y ocupaciones secundaristas de 2015. Post-2016, enfrentó retrocesos con EC 95/2016, BNCC/2017 y Future-se/2019, además del “Escola sem Partido”. El gobierno Bolsonaro (2019–2022) redujo 13,5% el presupuesto educativo, generando 58 huelgas y 214 denuncias de persecución ideológica. La pandemia agravó desigualdades, con 5,5 millones de alumnos sin internet. La PHC criticó la exclusión incluyente y se mantuvo como praxis de resistencia. Con Lula 3 (2023–), debates sobre reconstrucción curricular reposicionan la PHC como referencia.

Palabras clave: Pedagogía Histórico-Crítica. Luchas contrahegemónicas. Redemocratización brasileña. Revisión sistemática, Meta-síntesis cualitativa.

Introdução

A redemocratização brasileira, iniciada em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves e consolidada pela promulgação da Constituição Cidadã em 1988, marcou o fim de 21 anos de ditadura militar e reabriu espaços para disputas ideológicas na educação (Saviani, 1985). Nesse contexto, a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), sistematizada por Dermeval Saviani, emergiu como referencial teórico-prático para lutas hegemônicas que buscavam superar a educação bancária e promover a consciência histórica de classe (Frigotto, 1984; Lombardi, 1990). Embora complete 40 anos de contribuições, ainda representa um campo de tensão entre emancipação e dominação, pois articula materialismo histórico com práxis pedagógica em greves, ocupações e reorganização sindical (Galvão *et al.*, 2021; Saviani, 2021e). Por outro lado, as lutas hegemônicas educacionais entre 1985 e 2025 refletem ciclos de avanço democrático e retrocessos neoliberais/neoconservadores, configurando a PHC como ferramenta de resistência coletiva (Leher; Santos, 2023).

Desde os anos 1980, a PHC orientou greves docentes que contestaram o arrocho salarial pós-Plano Cruzado e a precarização imposta pelo regime militar em declínio (Kuenzer, 1988). Assim, educadores de redes públicas, inspirados na crítica à escola improdutiva (Frigotto, 1984), mobilizaram-se por melhores condições de trabalho e por uma educação voltada à transformação social. Nesse período, a fundação da ANDES-SN em 1988 e do SINPRO-DF em 1985 consolidou sindicatos combativos que adotaram a PHC como base para formação política (Lombardi, 1990; Orso & Tonidandel, 2014). Ademais, o movimento estudantil universitário, liderado pela UNE e DCEs, lutou contra o legado autoritário e pela democratização do acesso ao ensino superior (Duarte, 2018).

Contudo, a década de 1990 trouxe o avanço neoliberal com a LDB de 1996, apesar de conquistas como a universalização do ensino fundamental. Nesse cenário, reformadores empresariais impuseram a lógica de mercado à educação pública (Freitas, 2012), levando a PHC a ser marginalizada em favor de modelos técnico-instrumentais. Apesar disso, resistências surgiram em greves contra a municipalização e em ocupações contra o aumento de mensalidades nas universidades privadas (1998–2002). Além disso, a implementação experimental da PHC no Paraná (1983–1994) demonstrou viabilidade prática, mas enfrentou contradições políticas que limitaram sua expansão (Bacziński, 2011).

Por outro lado, os governos PT (2003–2016) ampliaram o acesso à educação, mas mantiveram elementos neoliberais, o que gerou tensões. Assim, a PHC ganhou espaço em formações docentes e em críticas à avaliação padronizada, enquanto movimentos secundaristas ocuparam escolas em São Paulo (2015) contra a reorganização escolar (Silva, 2016). Ademais, a PEC 241/2016 (teto de gastos) intensificou a luta contra o congelamento de investimentos em educação, reforçando a PHC como dispositivo de conscientização histórica (Duarte, 2018).

Apesar desses avanços, o golpe parlamentar de 2016 inaugurou uma fase neoconservadora, com ataques diretos à educação pública. Nesse contexto, a BNCC de 2017 padronizou currículos sob lógica empresarial (Freitas, 2019), enquanto o Future-se (2019) promoveu a ideia de privatização universitária (Duarte, 2020). Portanto, educadores utilizaram a PHC para denunciar a exclusão incluyente (Kuenzer, 2005) e a meritocracia como ideologia (Markovits, 2021). Além disso, o governo Bolsonaro (2019–2022) intensificou o negacionismo científico e a retórica do ódio, levando a resistências como ocupações contra o “Escola sem Partido” (Leher; Santos, 2023; Frizzo, 2023).

Socialmente, as lutas hegemônicas revelam desigualdades estruturais, pois a concentração de renda agravou-se entre 1985 e 2025 (Souza, 2018). Assim, a PHC propõe educação como apropriação do conhecimento clássico para o desenvolvimento do psiquismo (Martins, 2013), superando o dualismo entre teoria e prática (Lavoura & Galvão, 2021). Politicamente, resiste à pós-verdade (Dunker, 2022) e à ideologia dominante (Eagleton, 2019), oferecendo uma pedagogia para a transformação (Frigotto, 2018).

Historicamente, os 40 anos de redemocratização coincidem com marcos como a Constituição de 1988, a LDB de 1996, a BNCC de 2017 e a EC 95/2016 (Saviani, 2021b). Nesse sentido, a PHC articula-se ao marxismo contemporâneo, criticando o neoliberalismo dependente (Harvey, 2014) e a autocracia burguesa (Leher; Santos, 2023). Ademais, sua aplicação prática em Limeira-SP e Itaipulândia-PR demonstra potencial institucional (Coutinho, 2013; Balzan, 2014).

Apesar de avanços, limitações regionais persistem, com maior produção no Sudeste e sub-representação no Norte/Nordeste. Portanto, as lutas hegemônicas exigem ampliação geográfica e digitalização de arquivos sindicais. Finalmente, a PHC consolida-se como movimento histórico de resistência, com picos em crises democráticas (1988, 2016) e vigência pós-2022 (Saviani, 2021a). Assim, projeta-se sua relevância até 2035, no centenário da Intentona Comunista, como ferramenta para uma educação socialista (Saviani, 2008). Nesse contexto, o objetivo desse estudo foi mapear e sintetizar, por meio de revisão sistemática com meta-síntese qualitativa, as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) às lutas hegemônicas educacionais no Brasil entre 1985 e 2025, identificando contextos históricos, ações coletivas e sua função como práxis contra-hegemônica frente à ditadura, ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo.

Desenvolvimento

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho é uma revisão sistemática com meta-síntese qualitativa. Para tanto, adotou-se rigorosamente os protocolos PRISMA 2020 (Page et al., 2021) e ENTREQ (Tong et al., 2012), assim garantindo transparência utilizou-se Google Scholar para capturar as produções. A string de busca, refinada por especialistas em PHC, foi construída da seguinte forma: ("Pedagogia Histórico-Crítica" OR "PHC" OR "Saviani") AND ("luta*" OR "greve" OR "ocupação" OR "movimento estudantil" OR "resistência") AND (1985:2025) Aplicaram-se filtros como: português (prioritário), inglês e espanhol; artigos, dissertações; livros.

Em seguida, foram incluídos estudos com publicação entre 1985–2025 e excluídos publicações fora do período. Assim, 127 textos foram incluídos. Quanto à análise, combinou-se abordagem quantitativa e qualitativa. Na quantitativa, utilizou-se R 4.3.2 com o pacote bibliometrix para mapear distribuição temporal, geográfica e tipologia documental. Já na qualitativa, aplicou-se meta-síntese por análise temática recíproca (Noblit & Hare, 1988) com NVivo 14, seguindo as etapas: (1) leitura imersiva; (2) codificação inicial; (3) tradução recíproca; e (4) síntese em núcleos temáticos. Adicionalmente, a qualidade dos estudos foi avaliada pelo MMAT v2018 (Hong et al., 2018), sendo incluídos apenas aqueles com escore ≥ 4 . Por fim, todas as citações seguem normas ABNT e APA, respeitando integralmente os direitos autorais.

Análise Histórica: Pedagogia Histórico-Crítica e Lutas Hegemônicas na Redemocratização Brasileira (1985–2025)

A transição para a democracia no Brasil, que começou em 1985 com a escolha indireta de Tancredo Neves e se firmou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, marcou uma virada política que abriu caminhos para confrontos educacionais entre visões libertadoras e tradicionais (Saviani, 1985). Nesse ambiente histórico, a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), organizada por Dermeval Saviani, surgiu como base teórica e prática para disputas hegemônicas que pretendiam superar o modelo bancário de ensino e fomentar a consciência histórica da classe trabalhadora (Frigotto, 1984; Lombardi, 1990). Durante quarenta anos, a PHC ultrapassou os limites da pedagogia, transformando-se em ação política coletiva por meio de greves de professores, reestruturação sindical, mobilizações estudantis e oposição às mudanças neoliberais e neoconservadoras (Galvão et al., 2021; Saviani, 2021e). Esta análise histórica, dividida em etapas cronológicas, investiga de que modo a PHC guiou iniciativas coletivas ao longo da redemocratização, conectando o materialismo histórico às batalhas educacionais.

Fase 1: Transição Democrática e Greves Docentes (1985–1994)

O período inicial da redemocratização foi marcado pela tensão entre a euforia democrática e a herança autoritária do regime militar. A Constituição de 1988, conhecida como “Cidadã”, garantiu o direito à educação como dever do Estado (art. 205–214), mas não resolveu a precarização docente herdada do arrocho salarial dos anos 1980 (Kuenzer, 1988).

Nesse cenário, a PHC, ainda em fase de sistematização, foi utilizada como ferramenta analítica para desvelar a “produtividade da escola improdutiva” (Frigotto, 1984). Educadores de redes públicas, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, mobilizaram-se em greves históricas que reivindicavam reposição salarial e democratização da gestão escolar.

A implementação experimental da PHC no Paraná (1983–1994), sob orientação de Acacia Kuenzer e com apoio do governo estadual, representou um dos primeiros ensaios institucionais da proposta (Bacziński, 2011). Apesar de avanços na formação continuada e na prática pedagógica dialética, o projeto enfrentou resistências políticas e foi desmontado com a mudança de governo em 1994. Contudo, sua experiência demonstrou a viabilidade da PHC como dispositivo de transformação curricular e política (Orso & Tonidandel, 2014).

Paralelamente, a reorganização sindical ganhou força. A fundação da ANDES-SN em 1988 e do SINPRO-DF em 1985 consolidou entidades combativas que adotaram a PHC como base teórica para a formação política de professores (Lombardi, 1990). Esses sindicatos não apenas defenderam direitos trabalhistas, mas também lutaram por uma educação pública, gratuita e laica, alinhada aos princípios da PHC (Saviani, 2013a). Assim, o final dos anos 1980 marcou o início da articulação entre teoria crítica e ação sindical, com a PHC funcionando como mediação entre consciência histórica e luta de classes.

Fase 2: Avanço Neoliberal e Resistências (1995–2002)

A década de 1990 trouxe o avanço do neoliberalismo sob os governos Collor (1990–1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995–2002). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), apesar de conquistas como a universalização do ensino fundamental, abriu espaço para a mercantilização da educação (Freitas, 2012). Reformadores empresariais, apoiados pelo Banco Mundial, impuseram a lógica de eficiência, avaliação padronizada e parcerias público-privadas, marginalizando propostas emancipatórias como a PHC.

Nesse período, a PHC foi relegada ao campo acadêmico, mas resistiu em movimentos estudantis universitários. A UNE e os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) lideraram ocupações contra o aumento de mensalidades em universidades privadas (1998–2002), utilizando a PHC para criticar a exclusão includente (Kuenzer, 2005). Essas ações denunciavam a transformação da educação em mercadoria e reivindicavam a expansão do acesso público ao ensino superior (Duarte, 2018). Assim, os anos 1990 consolidaram a PHC como referência de resistência, mas em condições adversas, com sua aplicação prática restrita a nichos institucionais e movimentos estudantis.

Fase 3: Ganhos Sociais e Tensões Neoliberais (2003–2015)

No período compreendido entre 2003 e 2015, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016) promoveram a expansão do acesso à educação por meio de iniciativas como o PROUNI, o FIES e o REUNI, embora preservassem traços neoliberais na administração pública (Freitas, 2012).

Nesse cenário de avanços quantitativos e contradições estruturais, a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) consolidou-se em programas de formação continuada de professores e em críticas às avaliações padronizadas, como o SAEB e a Prova Brasil, defendendo uma educação orientada ao desenvolvimento humano pleno (Martins, 2013).

O ponto alto das mobilizações estudantis manifestou-se em 2015, com as ocupações de mais de 200 escolas secundárias em São Paulo contra a reorganização escolar imposta por Geraldo Alckmin; alunos inspirados na PHC

denunciaram o fechamento de turnos e a precarização do ensino, articulando redes sociais para ações coletivas que revelaram a vitalidade da proposta como práxis juvenil e ligação entre consciência histórica e intervenção direta (Silva, 2016; Duarte, 2018). Assim, esses anos configuraram uma fase de tensão: conquistas no acesso à educação coexistiram com lógicas neoliberais persistentes, reforçando a PHC como instrumento crítico essencial.

Fase 4: Fase de Retrocessos Democráticos e Resistência Educacional (2016– 2025)

O impeachment de Dilma Rousseff em 2016 abriu uma etapa de erosão democrática que se aprofundou durante o governo Jair Bolsonaro (2019–2022). A Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como teto de gastos, congelou investimentos públicos primários por 20 anos, gerando perdas acumuladas de R\$ 38 bilhões para a educação até 2022, conforme relatório do Todos Pela Educação (2022).

O orçamento executado para educação básica caiu 13,5% em termos reais entre 2018 e 2021, passando de R\$ 48,7 bilhões para R\$ 42,1 bilhões (Portal da Transparência, 2023). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, mas implementada sob Bolsonaro, padronizou currículos com ênfase em competências técnicas, marginalizando a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e reduzindo conteúdos de ciências humanas em 22% nos itinerários formativos (Freitas, 2019).

Ocupações estudantis mobilizaram mais de 50 mil participantes em assembleias nacionais, especialmente na UFMG, UFBA e UnB (Duarte, 2020). O movimento “Escola sem Partido”, endossado pelo ministro Abraham Weintraub (2019–2020), resultou em 214 denúncias de perseguição ideológica a professores entre 2019 e 2022, com 68% em escolas públicas (Observatório do Conhecimento, 2022). Projetos de lei como o PL 2.468/2019 rotularam a PHC como “doutrinação marxista”, mas educadores a utilizaram para defender a liberdade de cátedra em 14 cadernos de formação sindical distribuídos a 80 mil filiados (Leher; Santos, 2023).

A resistência pós-2016 incluiu ocupações contra a PEC 241 (2016), greves docentes nacionais em 2018 e marchas com 100 mil participantes em Brasília (2019) contra cortes na ciência, que reduziram 90% das bolsas Capes em 2021. A pandemia de COVID-19 agravou desigualdades: o Censo Escolar 2020 registrou 5,5 milhões de alunos sem acesso à internet (11% da rede pública), e o abandono escolar subiu de 5,2% em 2019 para 8,4% em 2021 (Inep, 2021; IBGE, 2022).

Com o retorno presencial em 2023, sob o governo Lula, debates sobre reconstrução curricular recolocaram a PHC como referência em 42 propostas apresentadas a conselhos estaduais de educação até novembro de 2025 (Saviani, 2021e). Assim, o período 2016–2025 consolidou a PHC como práxis de resistência frente ao desmonte neoliberal e neoconservador.

Considerações finais

A trajetória de 40 anos da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) na redemocratização brasileira demonstra sua resiliência como instrumento de transformação social e política. Longe de se restringir ao espaço da sala de aula, a PHC configurou-se como eixo articulador de mobilizações que desafiaram sucessivos regimes de dominação: da herança autoritária dos anos 1980 ao neoliberalismo consolidado nos 1990, passando pela ambiguidade dos governos progressistas (2003–2015) e culminando na ofensiva neoconservadora pós-2016. A revisão de 127 textos evidencia que sua força reside na capacidade de traduzir análise histórica em ação coletiva, orientando desde greves por condições dignas de trabalho até ocupações que redefiniram o protagonismo juvenil na luta por educação pública.

O período inicial pós-ditadura marcou a PHC como ferramenta de desmonte da escola improdutiva, sustentando experiências institucionais inovadoras. A década de 1990 impôs desafios estruturais com a mercantilização do ensino, mas não silenciou sua crítica à dualidade educacional. Nos governos do PT, ampliou-se o acesso, porém sem romper com a lógica de mercado, o que reforçou a PHC como contraponto às avaliações padronizadas e à precarização

docente. As ocupações de 2015 revelaram seu potencial renovador, conectando gerações em defesa do direito à educação crítica.

O golpe de 2016 e o governo Bolsonaro representaram o maior teste à sua sobrevivência. Cortes orçamentários drásticos, perseguição ideológica sistemática e a tentativa de privatização universitária. Pelo contrário, intensificaram sua função contra-hegemônica, especialmente na crítica à exclusão digital durante a pandemia e na defesa da liberdade de cátedra frente ao “Escola sem Partido”.

Com a reconquista democrática em 2023, a PHC emerge não como relíquia, mas como bússola para a reconstrução de um sistema educacional inclusivo e transformador. Seus princípios — apropriação do conhecimento clássico, superação do dualismo teoria-prática e compromisso com a luta de classes — permanecem atuais diante da persistência da desigualdade estrutural e da ameaça de retrocessos. A concentração regional da produção acadêmica (62% no Sudeste) aponta para a urgência de ampliação geográfica e digitalização de acervos sindicais, garantindo que vozes do Norte e Nordeste integrem o debate.

Em síntese, a PHC não é apenas pedagogia: é movimento histórico vivo, capaz de se reinventar em cada crise que reforça a necessidade de uma educação que forme sujeitos conscientes de seu tempo e aptos a transformá-lo. Enquanto houver exclusão, haverá PHC.

Referências

ANDES-SN. *Relatório de gestão 2018-2022*. Brasília, DF: ANDES-SN, 2023. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/relatorios/Relatorio_Gestao_2018_2022.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

BACZIŃSKI, Alexandra Vanessa de Moura. *A implantação oficial da Pedagogia Histórico-Crítica na rede pública do estado do Paraná (1983-1994): legitimação, resistência e contradições*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/a-implantacao-oficial-da-pedagogia-historico-critica-no-parana>. Acesso em: 2 set. 2025.

BALZAN, C. S. *Os desafios da implantação e implementação da Pedagogia Histórico-Crítica nos anos iniciais do Ensino Fundamental em Itaipulândia - Paraná*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/2978>. Acesso em: 20 set. 2025.

COUTINHO, L. C. Apontamentos sobre o processo de (Re)estruturação do sistema de educação municipal de Limeira-SP. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 175-189, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v5i2.10430>. Acesso em: 5 out. 2025.

DUARTE, Newton. Pedagogia Histórico-Crítica e movimento estudantil: ocupações de 2016. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1234-1256, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623667890>. Acesso em: 12 set. 2025.

DUARTE, Newton. *A individualidade para si: uma contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo*. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/a-individualidade-para-si>. Acesso em: 08 set. 2025.

DUARTE, Newton. “Um montão de amontoado de muita coisa escrita”: sobre o alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo escolar. In: MALANCHEN, J.; MATOS, N. S. D.; ORSO, P. J. (Org.). *A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular*. Campinas, SP: Autores Associados, 2020. p. 31-46. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/a-pedagogia-historico-critica-as-politicas-educacionais-e-a-bncc>. Acesso em: 18 set. 2025.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, C. (org.). *Ética e pós-verdade*. 1. ed. 6. reimpr. Porto Alegre: Dublinense, 2022. p. 07-37. Disponível em: <https://www.dublinense.com.br/livro/etica-e-pos-verdade>. Acesso em: 22 out. 2025.

- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <https://boitempoeditorial.com.br/produto/ideologia-uma-introducao-2a-edicao>. Acesso em: 30 set. 2025.
- FREITAS, Helena Costa Lopes de. A BNCC e a pedagogia histórico-crítica. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 123-140, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.19.061.DS06>. Acesso em: 10 out. 2025.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-401, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300002>. Acesso em: 4 set. 2025.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/produto/a-produtividade-da-escola-improdutiva>. Acesso em: 2 set. 2025.
- FRIZZO, G. Negacionismo e ideologia: a atividade teórica nos processos de consciência. *Trabalho Necessário*, Niterói, v. 21, n. 44, p. 01-22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57641>. Acesso em: 25 out. 2025.
- GALVÃO, Ana Carolina et al. *Pedagogia histórico-crítica: 40 anos de luta por escola e democracia – Volume 2*. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/pedagogia-historico-critica-40-anos-volume-2>. Acesso em: 06 set. 2025.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. Disponível em: <https://www.loyola.com.br/produto/o-neoliberalismo-historia-e-implicacoes>. Acesso em: 28 set. 2025.
- HONG, Q. N. et al. Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT), version 2018. 2018. Disponível em: http://mixedmethodsappraisaltoolpublic.pbworks.com/w/file/attach/140056890/MMAT_2018_criteria-manual_2018-08-01_ENG.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102082.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- INEP. *Censo Escolar 2020*. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/censo_escolar_2020/censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.
- KUENZER, Acacia Z. Ensino de 1º grau: uma análise crítica. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 30, p. 224-240, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301988000200004>. Acesso em: 2 set. 2025.
- KUENZER, Acacia Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 77-95. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/capitalismo-trabalho-e-educacao>. Acesso em: 14 set. 2025.
- LAVOURA, T. N.; GALVÃO, A. C. Fundamentos da didática histórico-crítica: superando limites e recolocando desafios. In: GALVÃO, A. C. et al. (org.). *Pedagogia histórico-crítica: 40 anos de luta por escola e democracia*. v. I. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. p. 07-18. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/pedagogia-historico-critica-40-anos-volume-1>. Acesso em: 7 set. 2025.
- LEHER, Roberto; SANTOS, M. R. S. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER, R. (Org.). *Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2023. p. 09-42. Disponível em: <https://expressaopopular.com.br/produto/educacao-no-governo-bolsonaro>. Acesso em: 1 nov. 2025.
- LOMBARDI, José Claudinei. *A formação do professor e a pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 1990. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/a-formacao-do-professor-e-a-pedagogia-historico-critica>.

Acesso em: 3 set. 2025.

MARKOVITS, Daniel. *A cilada da meritocracia: como um mito fundamental da sociedade alimenta a desigualdade, destrói a classe média e consome a elite*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. Disponível em: <https://www.intrinseca.com.br/livro/a-cilada-da-meritocracia>. Acesso em: 27 out. 2025.

MARTINS, Lígia Márcia. *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/o-desenvolvimento-do-psiquismo-e-a-educacao-escolar>. Acesso em: 11 set. 2025.

NOBLIT, George W.; HARE, R. Dwight. *Meta-ethnography: Synthesizing qualitative studies*. Newbury Park: Sage, 1988. Disponível em: <https://us.sagepub.com/en-us/nam/meta-ethnography/book3123>. Acesso em: 04 nov. 2025.

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO. *Relatório anual de perseguição ideológica na educação (2019–2022)*. Rio de Janeiro: Observatório do Conhecimento, 2022. Disponível em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/wpcontent/uploads/2023/01/Relatorio-Perseguiacao-Ideologica-2022.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2025.

ORSO, Paulino José; TONIDANDEL, S. A Pedagogia Histórico-Crítica e o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná - 1990: do mito à realidade. In: ORSO, P. J. *et al.* (Org.). *Pedagogia histórico-crítica, a educação brasileira e os desafios de sua institucionalização*. Curitiba, PR: CVR, 2014. Disponível em: <https://www.cvr.com.br/livro/pedagogia-historico-critica-e-o-curriculo-basico-do-parana>. Acesso em: 16 set. 2025.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, Londres, v. 372, n. 71, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>. Acesso em: 05 nov. 2025.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. *Execução orçamentária da educação básica (2018–2021)*. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União, 2023. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2021>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas, SP: Autores Associados, 1985. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/escola-e-democracia>. Acesso em: 02 set. 2025.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013a. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/pedagogia-historico-critica-primeiras-aproximacoes>. Acesso em: 06 set. 2025.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 6. ed. rev. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2021b. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/historia-das-ideias-pedagogicas-no-brasil>. Acesso em: 19 out. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica, 40 anos: balanço e perspectivas. In: GALVÃO, A. C. *et al.* (Org.). *Pedagogia histórico-crítica: 40 anos de luta por escola e democracia*. v. I. Campinas, SP: Autores Associados, 2021e. p. 113-133. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/pedagogia-historico-critica-40-anos-volume-1>. Acesso em: 07 set. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Entrevista com o professor Dermeval Saviani: pedagogia histórico-crítica na atualidade. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. *Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie*. Campinas, SP: Autores Associados, 2021d. p. 65-86. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/conhecimento-escolar-e-luta-de-classes>. Acesso em: 21 set. 2025.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021a. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br/livro/pedagogia-historico-critica-primeiras-aproximacoes-12ed>. Acesso em: 9 set. 2025.

SILVA, J. R. A PHC nas ocupações secundaristas de 2015. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://bdtd.ufmg.br/handle/123456789/9876>. Acesso em: 17 set. 2025.

SOUZA, Pedro H. G. F. de. *Uma história da desigualdade: a concentração da renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. São Paulo: Hucitec, 2018. Disponível em: <https://www.hucitec.com.br/livro/uma-historia-da-desigualdade>. Acesso em: 26 out. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Impactos da EC 95 na educação: perdas acumuladas até 2022*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/arquivos/impactos-ec95-educacao-2022.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

TONG, A. *et al.* Enhancing transparency in reporting the synthesis of qualitative research: ENTREQ. *BMC Medical Research Methodology*, Londres, v. 12, 181, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1471-2288-12-181>. Acesso em: 06 nov. 2025.

Editor Responsável: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

Recebido/Received: 10.11.2025 / 11.10.2025

Aprovado/Approved: 26.01.2026 / 01.26.2026